

EDITORIAL

Repensando a epistemologia: o conhecimento na era da complexidade e conectividade

Rethinking epistemology: knowledge in the age of complexity and connectivity



 **Raquel Cristina Farias¹**



 **Francisco Antonio Serralvo²**
Editor-Chefe RAD PUC-SP



Atradição epistemológica ocidental consolidou, ao longo de séculos, um horizonte de inteligibilidade fundamentado na relação sujeito-objeto e na busca por fundamentos universais da verdade. Este horizonte, fundamental para a ciência moderna, pressupõe a união entre a racionalidade e a experiência nos procedimentos canônicos de justificação. No contexto contemporâneo, caracterizado por mediações digitais capilares, ecologias informacionais instáveis e infraestruturas algorítmicas de larga escala, o problema do conhecimento ultrapassa o foco individual. Um exemplo atual disso é a proliferação de desinformação sobre saúde nas redes sociais, como o WhatsApp, onde mensagens equivocadas sobre tratamentos são rapidamente difundidas, dificultando a distinção entre informação confiável e rumores infundados (Não caia em *fake news*, 2024). Torna-se necessário reconhecer os arranjos sociotécnicos como condição para a validação epistêmica.

¹ raquelfarias680@gmail.com, mestranda no PPG em Administração, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo/SP [Brasil]

² serralvo@pucsp.br, Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, São Paulo/SP - [Brasil].

Como citar este artigo

Farias, R. C., & Serralvo, F. A. (2025). Repensando a epistemologia: o conhecimento na era da complexidade e conectividade [Editorial]. *Revista Administração em Diálogo - RAD*, 27(3), 1-8. <https://doi.org/10.23925/2178-0080.2025v27i3.74610>

A epistemologia social veritística de Alvin Goldman, por exemplo, desloca o foco do “eu que conhece” para instituições, normas e tecnologias, que podem tanto amplificar quanto corroer a confiabilidade pública das crenças. Dessa forma, a verdade e a justificação são recolocadas em diálogo com a arquitetura comunicacional e com as regras de circulação do discurso (Goldman, 1999). Simultaneamente, críticas feministas e decoloniais questionam o mito do “ponto de vista de lugar nenhum”. Essas abordagens enfatizam a localização do saber e a responsabilização das posições, argumentando que a objetividade é coproduzida em redes de poder e em disputas por autoridade epistêmica (Haraway, 1988; Harding, 2004, 2019). Neste sentido, o ponto central deste texto é explorar como a complexidade e a conectividade redefinem as práticas epistêmicas, destacando a urgência de incorporar essas dinâmicas às teorias contemporâneas do conhecimento, a fim de promover uma objetividade mais inclusiva e situada.

Dessa forma, a complexidade e a conectividade são duas das dimensões centrais da condição epistêmica contemporânea. “Complexidade” refere-se a múltiplas determinações sobrepostas, o que inviabiliza modelos lineares de controle cognitivo. Já “conectividade” indica a plataformação do espaço público e a engenharia de fluxos informacionais guiados por métricas e algoritmos (Barros, n.d.). A interseção dessas dinâmicas reorganiza os critérios de justificação. O problema da “verdade” passa agora a depender da análise de ecossistemas mediacionais, que modulam a atenção, a confiança e a credibilidade. Isso pode ser visto nas redes sociais, como o Twitter, onde os algoritmos decidem quais informações promover ou suprimir. Essa filtragem afeta o que os usuários veem, impactando sua percepção da verdade e a formação de crenças (Rubini et al., 2024). Em síntese, o conhecimento hoje emerge de redes sociotécnicas, e não de sujeitos isolados (van Dijck, Poell & de Waal, 2018; Poell et al., 2021, 2022).

Ao revisitar a tradição moderna, vê-se que suas pretensões universalistas se basearam numa ontologia social considerada estável e governável. (Danner, 2017) Contudo, Burrell e Morgan (1979, 2019) destacam que “o social” é interpretado por paradigmas inconciliáveis – funcionalista, interpretativo, radical humanista e radical estruturalista. Cada um é sustentado por metassuposições distintas acerca de ciência e sociedade. Dessa pluralidade resulta que nenhuma gramática metodológica única abrange toda a diversidade de práticas concretas de produção de saber (Kaltner & Santos, 2023). Com Latour (2021) e a noção de “zona crítica”, torna-se evidente que o conhecimento deve primeiro descrever as interdependências materiais e ecológicas, antes de recorrer a categorias abstratas desconectadas do contexto. Assim, a complexidade desafia a crença na transparência do método, sugerindo modelos processuais e relacionais atentos às mediações institucionais, tecnológicas e materiais que estruturam o saber (Burrell & Morgan, 1979, 2019; Latour, 2021).

Conectividade e a reconfiguração social do conhecimento

A plataforma tornou-se o principal operador ontológico do espaço público. Nesse contexto, ela governa o que é visível ou invisível por meio de processos de dataficação, commodificação e seleção (Dijck et al., n.d.), o que implica a redefinição de agendas, atores e pesos epistêmicos (Pismel et al., 2023).

É importante destacar que a epistemologia social já reconhecia o papel do testemunho, da confiança e das regras públicas na aquisição do conhecimento (Goldman, 1999). Entretanto, a conectividade contemporânea exige a análise das arquiteturas de intermediação, uma vez que esses sistemas determinam a relevância, a prioridade e a credibilidade do conteúdo, sendo constitutivos do que a sociedade reconhece como “saber válido” (van Dijck et al., 2018). Como resultado, a confiança pública oscila, conforme apontam relatórios do Pew Research Center (2024, 2025), sob a influência da polarização, da desinformação e das mudanças nos padrões de consumo de notícias. No caso brasileiro, a pesquisa TIC Domicílios 2023 indica crescimento do acesso à internet (84% dos lares), mas também evidencia desigualdades na qualidade da conexão e nas habilidades digitais, que afetam diretamente a verificação epistêmica e a participação informada no espaço público (Cetic.br/NIC.br, 2024; NIC.br, 2023). Em síntese, a conectividade amplia o acesso à informação, mas, simultaneamente, requalifica e hierarquiza a validade dos saberes, colocando as plataformas no comando dos filtros e das métricas que organizam o espaço epistêmico contemporâneo (Goldman, 1999; van Dijck et al., 2018).

Nesse sentido, cabe salientar que o avanço do Big Data e da inteligência artificial transfere parte dos processos inferenciais aos sistemas técnicos. Ainda que haja aumento no volume de dados, estudos indicam que essa expansão é limitada pela infraestrutura disponível, pela maturidade organizacional e pela confiança social (IDC, 2024). Assim, o aspecto central não é o volume em si, mas a política do dado e a economia da atenção: quem coleta, com quais objetivos e sob quais critérios de curadoria (dos Santos Barroso, 2022).

Conforme destaca Kate Crawford (2021), a inteligência artificial constitui uma tecnologia de extração – de minerais, energia, trabalho e dados – cujo formato institucional determina vieses, custos políticos e assimetrias epistêmicas. De modo complementar, no campo da linguagem, Bender et al. (2021) alertam que, ao substituir o entendimento por síntese estocástica, modelos de grande escala podem reforçar vieses, naturalizar opacidades e transferir a autoridade epistêmica para atores inacessíveis. Diante disso, tal cenário exige avaliações rigorosas de riscos, documentação de dados e agendas sensíveis aos valores (Moraes et al., 2024). No contexto brasileiro, Almeida (2020, 2022) ressalta a urgência de regular as plataformas, com transparência algorítmica e equilíbrio entre Estado, mercado e sociedade, de modo a evitar tanto o laissez-faire quanto o hipercontrole.

A partir de uma perspectiva situada, a crítica latino-americana, representada por Evangelista (2019, 2023), propõe etnografias do poder na inteligência artificial e no capitalismo de vigilância, evidenciando assimetrias Norte–Sul e formas de colonialidade digital, com impacto direto na justiça cognitiva. Em síntese, a objetividade passa a depender das infraestruturas de dados, de suas economias políticas e de suas opacidades algorítmicas (Bender et al., 2021; Crawford, 2021; IDC, 2024).

Por fim, as implicações dessas dinâmicas para a pesquisa são significativas, especialmente para estudantes de pós-graduação, que devem considerar como essas mediações podem influenciar seus projetos. Nesse sentido, o desenho da pesquisa e a interpretação dos dados precisam refletir a complexidade dos sistemas sociotécnicos contemporâneos, reconhecendo que fatores como o viés algorítmico e as desigualdades

infraestruturais podem impactar diretamente os resultados esperados e sua relevância frente às problemáticas atuais.

Pluralidade epistêmica e os limites da justiça cognitiva

Além das mediações sociotécnicas, a pluralidade epistêmica constitui um pilar fundamental. As epistemologias feministas e decoloniais defendem uma objetividade responsável, fundamentada na explicitação das posições, contextos e relações de poder que moldam o saber (Haraway, 1988; Harding, 2004, 2019). Fricker (2007) aprofunda essa análise ao abordar formas de injustiça epistêmica – *testimonial* e hermenêutica – que degradam a credibilidade de determinados grupos e dificultam a compreensão de suas experiências. No contexto lusófono, Santos (2019) propõe o fim do 'império cognitivo' e apresenta as Epistemologias do Sul como horizonte de justiça cognitiva. No Brasil, Carneiro (2011, 2015) destaca o epistemicídio e o aparato de racialidade, evidenciando como o racismo e o sexismo estruturam a autorização de fala e a disputa por legitimidade epistêmica. Assim, a pluralidade não se resume à soma de vozes, mas exige a reconfiguração das condições de produção, circulação e validação do conhecimento (Rubini et al., 2024). Sem essa transformação, discursos sobre 'verdade' tendem a naturalizar hierarquias que excluem sujeitos e saberes de seus próprios contextos (Fricker, 2007; Haraway, 1988).

As epistemologias feministas, decoloniais e *veritísticas* abordam o pluralismo e a justiça de maneiras distintas. As feministas enfatizam a necessidade de um conhecimento localizado, destacando a importância de reconhecer as perspectivas marginalizadas como parte essencial da objetividade. Por outro lado, as abordagens decoloniais focam em desmantelar as estruturas de poder colonial que perpetuam a injustiça epistêmica, propondo uma justiça cognitiva que ressignifique o papel do conhecimento no Sul Global. Em contraste, a epistemologia veritística de Alvin Goldman analisa a eficácia das instituições e dos métodos para alcançar a verdade, destacando o papel das normas sociais e tecnológicas na formação de crenças confiáveis (Goldman, 1999). Essa comparação facilita que estudantes de pós-graduação mapeiem criticamente o campo de estudo.

As disputas por legitimidade epistêmica não se restringem ao campo teórico, mas assumem formas materiais nos arranjos institucionais da ciência. Dados da CAPES (2023, 2025) demonstram a importância de políticas de financiamento e de bolsas para a sustentação de agendas de pesquisa e de formação de mestres e doutores. No entanto, esses dados revelam também desigualdades persistentes entre áreas e regiões, destacando tanto as oportunidades quanto as desvantagens radicadas na distribuição de recursos. Conforme Cunha (2022), a objetividade científica é mediada por instituições e práticas sociais. Isso indica que critérios de justiça cognitiva devem abranger não apenas metodologias, mas também o contexto institucional e social da produção do conhecimento (CAPES, 2023, 2025; Poell et al., 2021, 2022).

Para além da epistemologia clássica, dialogando com suas contribuições

O contexto contemporâneo exige a ampliação da epistemologia, evitando tanto o abandono da tradição quanto sua reificação. Complexidade e conectividade delineiam

uma condição epistêmica em que saberes são produzidos e transformados em redes sociotécnicas permeadas por disputas sociais, mediações tecnológicas e pluralidades de mundo. O desafio não consiste em renunciar à verdade ou à objetividade, mas em relocalizá-las: conforme sugere Goldman (1999), a objetividade responsável resulta da explicitação das posições e da regulação das instituições e das infraestruturas que moldam o conhecimento.

Em um cenário em que a pós-verdade se torna gramática política de erosão dos fatos e a desinformação se consolida como técnica de poder, cabe à epistemologia propor instrumentos conceituais e normativos para distinguir entre testemunho confiável e ruído, entre autoridade epistêmica e performatividade algorítmica (Haraway, 1988; Harding, 2004, 2019). Isso implica desenhar governanças de plataformas orientadas pela transparência, pela *accountability* e pela equidade, além de promover a justiça cognitiva como critério transversal às políticas de ciência e educação (McIntyre, 2018; Almeida, 2020, 2022).

Para promover a justiça epistêmica e a governança de plataformas, é imprescindível estabelecer agendas de pesquisa concretas. Questões específicas que podem ser investigadas incluem: de que maneiras as plataformas podem ser reguladas para promover a diversidade epistêmica? Como as políticas públicas podem ser estruturadas para proteger informações genuínas em ecossistemas digitais? Estudantes de pós-graduação interessados no avanço da justiça epistêmica ou na governança de plataformas devem considerar essas perguntas em seus projetos. Em última análise, pensar o conhecimento na atualidade requer reconhecer que a busca pela verdade demanda responsabilidade social, pluralidade de saberes e reflexão contínua sobre as condições institucionais e tecnológicas que a viabilizam.

Referências

- Almeida, V. (2020, 11 de novembro). *É preciso rever a imunidade das plataformas*. Folha de S.Paulo. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/11/e-preciso-rever-imunidade-das-plataformas-diz-professor-associado-em-harvard.shtml>
- Almeida, V. (2022, 5 de dezembro). *Regulação das plataformas digitais*. Academia Brasileira de Ciências. <https://www.abc.org.br/2022/12/05/regulacao-das-plataformas-digitais/>
- Barros, W. R. (n.d.). *Autonomia viagiada: o fracasso de uma experiência de cooperativismo nas plataformas*. https://sigaa.ufba.br/sigaa/public/programa/defesas.jsf?id=1351&lc=pt_BR
- Bender, E. M., Gebru, T., McMillan Major, A., & Mitchell, M. (2021). On the dangers of stochastic parrots: Can language models be too big? In *Proceedings of the 2021 ACM Conference on Fairness, Accountability, and Transparency* (pp. 610–623). ACM. <https://doi.org/10.1145/3442188.3445922>
- Burrell, G., & Morgan, G. (2019). *Sociological paradigms and organisational analysis* (Reissue). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315609751>

- CAPES. (2023, 17 de março). *Programas de pós-graduação terão 93 mil bolsas em 2023*.
<https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/programas-de-pos-graduacao-terao-93-mil-bolsas-em-2023>
- CAPES. (2025, 14 de março). *Bolsas CAPES atendem a 37% dos pós-graduandos do Brasil*.
<https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/bolsas-capes-atendem-a-37-dos-pos-graduandos-do-brasil>
- Carneiro, S. (2015). Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. Selo Negro.
<https://books.google.com/books?id=-qw-jvCDTeYC>
- Cetic.br/NIC.br. (2024). *TIC Domicílios 2023: pesquisa sobre o uso das tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros*. Comitê Gestor da Internet no Brasil.
https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/20241104102822/tic_domiciliros_2023_livro_eletronico.pdf
- Crawford, K. (2021). *Atlas of AI: Power, politics, and the planetary costs of artificial intelligence*. Yale University Press. <https://yalebooks.yale.edu/book/9780300264630/atlas-of-ai/>
- Cunha, I. F. (2022). Objetividade na Investigação Social: uma discussão entre pragmatismo e empirismo lógico. *Cognitio: Revista de Filosofia*, 23(1).
<https://doi.org/10.23925/2316-5278.2022v23i1:e56666>
- Danner, L. F. (2017). Qual herança da modernidade? Uma crítica ao universalismo como critério normativo e projeto cosmopolita. *Educação e Filosofia* 31, pp. 1191-1226. <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v31n62a2017-pp1191a1226>
- Dijck, J. v., Poell, T., & Waal, M. d. (n.d.). Platform Mechanisms.
<https://academic.oup.com/book/12378/chapter/16197335>
- dos Santos Barrozo, V. L. (2022). Curadoria e preservação digital: diretrizes para a gestão de dados científicos. Dissertação (mestrado em Gestão e Organização do Conhecimento), Universidade Federal de Minas Gerais.
- Evangelista, R. (2019). Review of Zuboff's The Age of Surveillance Capitalism. *Surveillance & Society*, 17(1/2), 246-251. <https://scholar.google.com/citations?user=zjN4T8IAAAJ>
- Evangelista, R. (2023). Por uma etnografia do poder na inteligência artificial, no capitalismo de vigilância e no colonialismo digital. *Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política*, 16(47), 112-133. <https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/63042>
- Fricker, M. (2007). *Epistemic injustice: Power and the ethics of knowing*. Oxford University Press. <https://academic.oup.com/book/32817>
- Goldman, A. I. (1999). *Knowledge in a social world*. Clarendon Press/Oxford University Press. <https://academic.oup.com/book/32822>
- Haraway, D. (1988). Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, 14(3), 575-599. <http://www.jstor.org/stable/3178066>
- Harding, S. (2004). *The feminist standpoint theory reader: Intellectual and political controversies*. Routledge.

https://books.google.com/books/about/The_Feminist_Standpoint_Theory_Reader.html?id=qmSySHvIy5IC

Harding, S. (2019). *Objectivity and diversity: Another logic of scientific research*. University of Chicago Press.

IDC. (2024, May 7). *Worldwide IDC Global DataSphere Forecast, 2024–2028: AI everywhere, but upsurge in data will take time*. IDC Market Forecast. <https://www.marketresearch.com/IDC-v2477/Worldwide-IDC-Global-DataSphere-Forecast-36971010/>

Kaltner, L. F., & Santos, M. C. (2023). História do Pensamento Linguístico e Prática Gramatical no Brasil: É Possível Periodizar? *Cadernos de Linguística*, 4(1). <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2023.V4.N1.ID679.R>

Latour, B. (2021). *After lockdown: A metamorphosis*. Polity. <https://www.wiley.com/en-us/After+Lockdown%3A+A+Metamorphosis-p-9781509550012>

McIntyre, L. (2018). *Post truth*. MIT Press. <https://direct.mit.edu/books/book/3594/Post-Truth>

Moraes, L. d., Silvério, I. C., Marques, R. A., Anaia, B. d., Paula, D. F., Faria, M. C., Cleveston, I., Correia, A. d., & Freitag, R. M. (2024). *Análise de ambiguidade linguística em modelos de linguagem de grande escala (LLMs)*. arXiv preprint. <https://doi.org/10.48550/arXiv.2404.16653>

Não caia em fake news: aprenda a identificar notícias falsas sobre vacinação. (2024, 18 de julho). Ministério da Saúde. <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/nao-caia-em-fake-news-aprenda-a-identificar-noticias-falsas-sobre-vacinacao>

NIC.br. (2023, 16 de novembro). *Classes C, D e E impulsionam o crescimento da conectividade à Internet nos lares brasileiros, mostra TIC Domicílios 2023*. <https://www.cgi.br/noticia/releases/classes-c-e-de-impulsionam-crescimento-da-conectividade-a-internet-nos-lares-brasileiros-mostra-tic-domicilios-2023/>

Pew Research Center. (2024, 14 de novembro). *Public trust in scientists and views on their role in policymaking*. <https://www.pewresearch.org/topic/science/trust-in-science/>

Pismel, A. C., Lobo, J. A., Oliveira, M. E., & Sturari, V. d. (2023). Refazendo agendas, objetos e olhares: caminhos e perspectivas para a ciência política no Brasil. *Temáticas*, 31(62), 321–355. <https://doi.org/10.20396/tematicas.v31i62.18499>

Poell, T., Nieborg, D. B., & Duffy, B. E. (2021/2022). *Platforms and cultural production*. Polity. https://books.google.com/books/about/Platforms_and_Cultural_Production.html?id=Y3lIEAAAQBAJ

Rubini, F. M., Grutzmacher, N. L., & Silva, M. P. (2024). Tecnologias digitais da educação na perspectiva da epistemologia da complexidade. *Revista Professare*, 6(2), 1–12. <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-633-6>

Santos, B. de S. (2019). *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Autêntica/Almedina.

https://books.google.com/books/about/O_fim_do_imp%C3%A9rio_cognitivo.html?id=ZBOUDwAAQBAJ

van Dijck, J., Poell, T., & de Waal, M. (2018). *The platform society: Public values in a connective world*. Oxford University Press. <https://academic.oup.com/book/12378>